

FOUCAULT (Michel). — *Histoire de la sexualité. 1 — La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976.

O primeiro de uma série anunciada de 6 volumes (seguir-se-ão *La chair et le corps*, *La croisade des enfants*, *La femme, la mère et l'hystérique*, *Les pervers*, *Population et races*), este tomo apresenta-se como uma introdução às análises que se vão suceder. Como geralmente acontece nas obras de Michel Foucault, começa-se por apresentar as teses vigentes, aquelas que gozam de maior prestígio e que parecem mais firmemente estabelecidas, para em seguida o autor desmornar esse saber adquirido. Neste caso, a tese gloriosa seria a seguinte: a uma sexualidade livre até ao século XVII seguir-se-ia uma sexualidade reprimida, muda, hipócrita, enfim "vitoriana". Este discurso sobre a moderna repressão do sexo apresenta-se solidamente enraizado, tanto mais que uma caução política o protege: "Fazendo surgir a época da repressão no século XVII, depois de algumas centenas de anos de ar livre e de livre expressão, fazem-na coincidir com o desenvolvimento do capitalismo: estaria indissociavelmente ligada à ordem burguesa" (p. 12). Porquê? Os defensores dessa tese não têm a menor dificuldade em explicá-la: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é porque é incompatível com uma forma de trabalho geral e intensa. Numa época em que

se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela se desperdiçasse em prazeres, excetuados aqueles, e mesmo assim reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? A causa do sexo e da sua liberdade assume assim as honras de uma causa política. "A idéia do sexo reprimido não é portanto apenas uma questão de teoria". É também uma atitude política, de combate à "hipócrita burguesia".

Posta a questão em tais termos, como se coloca Foucault perante ela? Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que a relação do sexo ao poder não é de repressão não seria apenas atacar uma tese bem aceita. "Seria ir contra a economia, contra todos os 'interesses' discursivos que a permeiam" (p. 16). Foucault não vai portanto combater de frente a tese vigente, não vai enunciar o seu contrário. Vai, como habitualmente nas suas obras, desviar-se, mostrar alguns pontos "historicamente significativos", levantar alguns problemas teóricos. "Trata-se em suma de interrogar o caso de uma sociedade que há mais de um século se fustiga ruidosamente por causa da sua hipocrisia, fala com prolixidade do seu próprio silêncio, teima em esmiuçar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fizeram funcionar".

É certo que Foucault levanta três dúvidas fundamentais aquilo que denomina a "hipótese repressiva". Primeira dúvida, propriamente histórica: a repressão do sexo é realmente uma evidência histórica? Segunda, historico-teórica: a mecânica do poder é realmente, no essencial, da ordem da repressão? Terceira, historico-política: há realmente uma ruptura histórica entre a época da repressão e a análise crítica da repressão? Mas isso não significa que ele faça contra-hipóteses, simétricas e inversas das primeiras. "As dúvidas que eu gostaria de opor à hipótese repressiva não têm por objetivo mostrar que ela é falsa, mas sim colocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no interior das sociedades modernas desde o século XVII" (p. 19).

O ponto essencial portanto não é saber se ao sexo se diz sim ou não, se se formulam interditos ou permissões, mas "tomar em consideração o fato de que se fala dele, aqueles que falam dele, os lugares e pontos de vista a partir dos quais se fala dele, as instituições que incitam a falar dele, que armazenam e difundem o que dele se diz, em resumo, o 'fato discursivo' global, a 'colocação em discurso' do sexo" (p. 20). Desde o fim do século XVI, a "colocação em discurso" do sexo, longe de sofrer um processo de restrição, foi pelo contrário submetida a um mecanismo de incitação constante: a vontade de saber não estacou perante um tabu impossível de derrubar, mas pelo contrário procurou constituir uma ciência da sexualidade.

Foucault mostra já neste primeiro volume, apesar do seu caráter introdutório, como a vontade de saber foi a pouco e pouco elaborando uma ciência da sexualidade que irrompe em vários domínios. Vejamos alguns exemplos. Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o apareci-

mento, como problema econômico e político, da “população”: a população-riqueza, a população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, a população em equilíbrio entre o seu crescimento próprio e os recursos de que dispõe. Ora através da economia política da população forma-se toda uma grade de observações sobre o sexo.

Outro foco de saber, as instituições de ensino, os grandes colégios do século XVIII. “Em torno do colegial e do seu sexo prolifera toda uma literatura de preceitos, de avisos, de observações, de conselhos médicos, de casos clínicos, de esquemas de reforma, de planos para instituições ideais” (p. 40). E muitos outros focos entraram em atividade, a partir do século XVIII ou do século XIX, para suscitar os discursos sobre o sexo. A medicina primeiro, por intermédio das “doenças de nervos”; a psiquiatria em seguida, quando começa a procurar do lado do “excesso” e finalmente quando anexa como seu domínio próprio o conjunto das perversões sexuais; a justiça penal, que há muito lidara com a sexualidade sob a forma de crimes “enormes” e contra a natureza, abre-se à jurisdição minuciosa dos pequenos atentados, das perversões sem importância.

Esta primeira abordagem mostra já que se trata menos de *um* discurso sobre o sexo do que de uma multiplicidade de discursos produzidos por toda uma série de aparelhagens funcionando em instituições diferentes. Observa-se uma explosão de discursividades distintas que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na pedagogia; na crítica política. “Mais do que a preocupação uniforme de esconder o sexo, mais do que um pudor geral da linguagem, o que marca os nossos três últimos séculos, é a variedade, é a ampla dispersão dos aparelhos que se inventaram para falar dele, para obter que ele fale de si mesmo, para escutar, gravar, transcrever e redistribuir aquilo que dele se disse” (p. 47).

E no capítulo sobre a “scientia sexualis”, Foucault expõe finalmente aquilo que denomina a hipótese geral do trabalho: “A sociedade que se desenvolve no século XVIII — chamem-na como quiserem, burguesa, capitalista ou industrial — não opôs ao sexo uma recusa fundamental de o reconhecer” (p. 92). Pelo contrário agenciou todo um aparelho para produzir sobre ele discursos verdadeiros. E a pesquisa histórica com as análises prometidas evidenciará precisamente isso.

A parte final do livro é ocupada com algumas proposições gerais sobre o método, o domínio a percorrer e as periodizações que se podem provisoriamente admitir.

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

* * *

*